

GÊNEROS JORNALÍSTICOS PARA A PRÁTICA EM SALA DE AULA

JOURNALISTIC GENRE FOR THE PRACTICE IN THE CLASSROOM

Fernando Moreno da Silva¹

Resumo: O presente artigo pretende discutir a questão dos gêneros textuais como inovação para o ensino da língua portuguesa. Parte-se do pressuposto de que os gêneros textuais têm grande importância tanto no ensino da língua quanto no desenvolvimento da competência comunicativa. A partir dos conceitos de “gêneros discursivos” (Bakhtin, 1997) e de “gêneros textuais” (Marcuschi, 2002, 2004), apresenta-se uma classificação de gêneros jornalísticos para suporte em sala de aula a fim de desenvolver as habilidades de leitura e produção textual.

Palavras-chave: Ensino. Gêneros textuais. Gêneros jornalísticos.

Abstract: This article discusses the genre question as an innovation for teaching Portuguese language. It starts from the assumption that genre has great importance in language teaching and in the development of communicative competence. Through the concepts of discursive genre (BAKHTIN, 1997) and textual genre (MARCUSCHI, 2002; 2004), we present a classification of journalistic genres and a proposal for education through such genres as a support in the classroom to develop the skills of reading and writing.

Keywords: Teaching. Textual genres. Journalistic genres.

Introdução

Depois da publicação na década de 90 dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2008), referencial para a educação no Ensino Fundamental em todo o país, a questão dos gêneros textuais tem recebido muita atenção no campo da educação no Brasil. Isso se deve ao fato de que se passou a adotar o texto como unidade e o gênero como objeto de ensino de Língua Portuguesa. Assim, os gêneros textuais passaram a ser adotados como ferramenta de ensino da língua portuguesa.

Trabalhar com gêneros textuais é um bom exercício para o aluno. Esse trabalho exige dele, basicamente, duas ações: a primeira é a escolha do gênero a usar conforme a situação e a

¹ Mestre e Doutor em Linguística e Língua Portuguesa (Unesp/Araraquara-SP) e integrante do Grupo de Estudos sobre Leitura (GELE/CNPq). E-mail: fermosilva@yahoo.com.br.

intenção comunicativa; a segunda consiste na possibilidade de, a partir de formas já existentes, criar novas formas de textos para a constante transformação.

Mas simplesmente mostrar para o aluno variados textos ou gêneros textuais, na intenção de exemplificar as infinitas possibilidades de manifestação da língua, não é o suficiente. É preciso fazer o aluno vivenciar cada manifestação do idioma, entender o porquê de cada gênero, participar do processo de criação, enfim, estimulá-lo a ler e a escrever. Muito mais que o sentido pedagógico, ele precisa de um sentido prático.

Diante dessa necessidade, este artigo apresenta uma proposta de ensino para leitura e produção textual por meio dos gêneros jornalísticos. Além de explorar um domínio discursivo muito presente no cotidiano das pessoas (o mundo da informação), propõe uma nova classificação dos gêneros jornalísticos.

Mas antes de focar os gêneros presentes no jornalismo, é preciso entender primeiro a questão dos gêneros textuais: surgimento, autores que com eles trabalharam e como esse assunto ganhou importância na educação.

Preocupação antiga

Embora tenha se intensificado seu estudo nos últimos anos (DIONÍSIO et al, 2002; MARCUSCHI, 2002, 2004; XAVIER, 2004; TAVAGLIA, 1991), a questão dos gêneros textuais é antiga. O assunto é debatido desde a Antiguidade, com Platão e Aristóteles. No teatro grego, a oposição entre tragédia e comédia; na literatura, a clássica distinção entre poesia e prosa ou a distinção entre lírico, épico e dramático; na Retórica Antiga, a tríade de discursos de Aristóteles: deliberativo, judiciário e epidíctico.

Na linguística, diferentes correntes reconhecem a importância de se estabelecer uma classificação das manifestações linguísticas para melhor compreender os princípios que subjazem à organização textual. A riqueza das abordagens é variada: as tipologias sócio-interacionistas de Bakhtin (1997); as tipologias funcionais, enriquecidas por Jakobson (1973); as tipologias enunciativas originadas a partir de Émile Benveniste (2005); as tipologias cognitivas de Jean-Michel Adam (1997); as tipologias de Luiz Carlos Travaglia (1991); e as tipologias de Luiz Antônio Marcuschi (2002, 2004).

Em virtude dessa tradição, muitos são os autores que abordam o tema (MARCUSCHI, 2002; TAVAGLIA, 1991), fazendo com que entre eles haja uma clivagem terminológica. Por isso, muitos termos e definições surgiram para tentar melhor organizar tais

tipologias: gêneros discursivos, gêneros textuais, tipos de discurso, tipos textuais, espécies de discursos, espécies de textos, modos de organização textual, etc.

Certamente que essas nuances acabam provocando confusões, quer pela restrição, quer pela amplitude da abordagem. Por esta razão, esse artigo partirá daquele que foi um dos fundadores dessa abordagem na modernidade, Mikhail Bakhtin (1997), tratando de uma tipologia de caráter sócio-interacionista, chamada “gêneros discursivos”.

Gêneros discursivos em Bakhtin

O linguista russo Mikhail Bakhtin defende o caráter social da linguagem, considerando o enunciado² como o produto da interação social, entendido como um elo de uma cadeia, estando sempre ligado aos discursos que o precedem e aos que o sucedem. “O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação verbal” (BAKHTIN, 1997, p. 316).

Todo discurso tem como traço essencial o endereçamento a um destinatário. Além de o outro determinar meu discurso, é ele também quem forma o meu discurso. Por isso, aquele a quem me dirijo determina o conteúdo, a forma e o estilo do que vou dizer. Aqui estabeleço as características básicas daquilo que Bakhtin (1997) chama de “tipos relativamente estáveis de enunciados”: os gêneros discursivos. São, portanto, três os parâmetros para se definir um gênero discursivo: conteúdo temático, estilo verbal e a construção composicional (estrutura).

Os gêneros do discurso são, portanto, diferentes formas de uso da linguagem que variam de acordo com os diferentes contextos de atividade do homem. Em cada situação, os falantes utilizam a língua por meio de um gênero, que norteia a produção dos enunciados. Apropriar-se da língua é sempre estar dentro de um determinado gênero. Assim, estudar os gêneros discursivos na perspectiva de Bakhtin é pensar a linguagem como interação social.

Apesar de a riqueza e de a variedade dos gêneros serem infinitas, é possível dividi-los essencialmente em dois tipos, um simples e outro complexo:

² Bakhtin (1992) contrapõe enunciado (unidade ou forma de discurso) à oração ou frase (unidade da gramática). Segundo ele, discurso é um acontecimento, um evento. Não é a parole, pois esta é individual, ao passo que o discurso é social e pertencente ao grupo. Constituindo a realização da língua, ele implica a atualização da fala. Na Análise de Discurso de linha francesa, o discurso é entendido como a manifestação de valores, dentro de formações discursivas. É bom lembrar que Mattoso Câmara traduz parole por discurso, distinguindo nele duas modalidades, de acordo com seu modo de manifestação: “fala” como discurso oral; “escrita” como discurso escrito.

a) gêneros primários: comunicação verbal espontânea, dentro da esfera cotidiana da linguagem. Exemplo: fala

b) gêneros secundários: pertencem à comunicação cultural mais evoluída, sobretudo escrita, absorvendo e transformando os primários. Nesse sentido, os gêneros primários funcionam como base para criação dos gêneros secundários. Exemplo: romance, teatro, discurso científico

Além de Bakhtin, o presente artigo discutirá outros autores que também abordam a questão dos gêneros, assunto do próximo item.

Tipos textuais e gêneros discursivos

Luiz Antônio Marcuschi (2002, 2004) discute a diferença entre tipos textuais e gêneros discursivos. Gêneros textuais (2002, p. 22) seriam as realizações linguísticas concretas, materializadas pelos textos, abrangendo um conjunto ilimitado: sermão, romance, cartas, e-mail, resenha, edital de concurso, aula, piada, reportagem, bula de remédio, etc. Um texto sempre se manifesta por um gênero textual.

Os gêneros são formas de funcionamento da língua que construímos e atualizamos na forma de texto, é toda e qualquer manifestação concreta do discurso produzida pelo sujeito em uma dada esfera social do uso da linguagem. São fenômenos contextualmente situados, (re)conhecidos por nós empiricamente. Ou seja, sabemos o que é uma carta, um bilhete, uma piada etc – na medida em que convivemos com essas formas de interlocução em nossa sociedade. (SILVA, 1997, p. 105)

É pertinente frisar que aquilo que Marcuschi chama de “gêneros textuais” corresponde ao que Bakhtin chamou de “gêneros do discurso”.

Já os tipos textuais seriam uma espécie de construção definida pela natureza linguística da composição ou pelas propriedades intrínsecas. Não são textos concretos, mas sequências linguísticas típicas que funcionam como norteadoras. Retomando novamente Silva (1997, p. 101), resumimos que “os tipos textuais são modos enunciativos de organização/atualização do discurso no texto efetivados por operações textual-discursivas, construídas pelo locutor em função de sua atitude discursiva em relação ao seu objeto de dizer e ao seu interlocutor”.

Ao contrário dos gêneros textuais, que são de manifestações infinitas, os tipos textuais abrangem um conjunto limitado de cinco tipos: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção.

a) narração: quando a essência é narrar, ou seja, contar fatos;

b) argumentação: quando se pretende discutir um assunto ou ideia, defendendo pontos de vista, como nos textos opinativos;

c) exposição: quando se expõem fatos para transmitir um campo do saber, como nos textos científicos;

d) descrição: para caracterização de objetos;

e) injunção: quando há o caráter de ordem ou imposição de algo ao receptor, como na bula de remédio ou no edital de um concurso;

Embora se coloque, de um lado, tipos textuais e, de outro, gêneros textuais, na prática o que ocorre é uma relação entre eles, como veremos a seguir.

Instabilidade e heterogeneidade

Por se constituir em uso concreto da língua, o gênero está sujeito a variações e a mudanças, a exemplo da língua. Em vez de homogeneidade, quando se fala em gêneros textuais (orais ou escritos) há sempre heterogeneidade, pois são muitas e variadas as suas formas. Assim, um gênero não é uma forma fixa ou definitiva. Novos gêneros surgem. Tudo depende do contexto em que é usado, estando intimamente ligado à relação entre falantes e ouvintes.

Mas as transformações pelas quais passam os gêneros são sempre com base em outros gêneros já existentes. Não surgem do nada, sempre estão ancorados em formas antigas. O próprio Bakhtin (1997) previu essa transformação na assimilação de um gênero por outro. Marcuschi (2002, p. 21) cita dois casos que ilustram como os novos gêneros surgem sobre velhas bases: a conversa face a face originou o telefonema; o e-mail, por sua vez, estabeleceu-se sobre os gêneros “carta” e “bilhete”, por exemplo.

Como se vê, mudanças sociais podem provocar o surgimento de novos gêneros. O avanço tecnológico, sobretudo com a internet, trouxe novos gêneros: blog, chat, Orkut, second life, e-mail, etc.

Essa heterogeneidade corrobora a definição de Bakhtin quando diz que os gêneros são tipos relativamente estáveis de enunciados, afinal, sobre eles agem duas forças,

ameaçando constantemente sua estabilidade: forças de concentração (atuando na fixação) e forças de expansão (na transformação).

Uma evidência da heterogeneidade e da instabilidade está na dimensão intertextual dos gêneros, quando um texto pode citar ou fazer alusão a outros textos, gerando relações intragenéricas e intergenéricas (BRANDÃO, 2004, p. 4-8).

A relação intragenérica (relações dentro do mesmo gênero) ocorre quando um texto faz relação com outro texto pertencente ao mesmo gênero. Exemplo: um poema cita outro poema. Já na relação intergenérica (relação entre gêneros diferentes), um texto de um determinado gênero dialoga com outro texto pertencente a outro gênero distinto. Exemplo: Uma crônica jornalística se estrutura como um poema.

Marcuschi (2002, p. 31), ao se referir à instabilidade dos tipos e gêneros textuais, utiliza as expressões “heterogeneidade tipológica” e “intertextualidade inter-gêneros”.

A heterogeneidade tipológica (vários tipos textuais) ocorre quando um mesmo gênero textual é tipologicamente variado, contendo vários tipos textuais. Exemplo: uma carta (gênero) com descrição, argumentação, narração (tipos).

O conceito de intertextualidade inter-gêneros é sinônimo de relação intergenérica, ou seja, relação entre gêneros diferentes. Quando um gênero incorpora ou assume função de outro gênero, como no exemplo anteriormente dado: uma crônica jornalística (um gênero) se estrutura como um poema (outro gênero).

Dá-se o nome de “domínio discursivo” à esfera dentro da qual os gêneros se realizam. Cada domínio discursivo (jurídico, religioso, político, jornalístico, etc.) se caracteriza por seus gêneros próprios. No domínio religioso, por exemplo, há novenas, ladainhas, hino, etc. No jornalístico, notícia, crônica, artigo, etc.

Discutida a caracterização dos gêneros textuais, é necessário contextualizar como se deu a introdução dessa questão no ensino do idioma.

Gêneros textuais e ensino

Para compreender por que o gênero textual é hoje foco de discussão no sistema educacional, é importante descrever o percurso do ensino da língua para entender como se deu a inclusão dos gêneros na disciplina de Língua Portuguesa.

Até o século XIX, a língua era ensinada por três disciplinas: Gramática, Retórica e Poética. Em meados desse mesmo século, essas três disciplinas foram unidas, surgindo a disciplina que hoje se denomina “Língua Portuguesa” (VISIOLI, 2004).

A partir de 1950, mudanças começaram a ocorrer nessa disciplina, influenciadas pelas condições sociais e culturais. A primeira foi a inclusão do estudo do texto. Anteriormente, a gramática era vista apenas até o nível frasal. Com o estudo, estudava-se a gramática com foco no todo do texto. Mas infelizmente ainda imperava a gramática sobre o texto (VISIOLI, 2004).

Na década de 1970, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 5.692/71, a disciplina de Língua Portuguesa passou por outra mudança (SAVIANI, 1997). As idéias das teorias da comunicação incluíram na língua a concepção de instrumento de comunicação, fazendo com que a disciplina fosse pensada de forma mais pragmática, voltada ao uso.

Logo em seguida, na década de 1980, a disciplina passou a receber contribuições da linguística. Na universidade, colocando o ensino da língua na berlinda, a discussão girou em torno de duas propostas: (i) ensino renovado da gramática, pautado na linguística; (ii) e a busca de um novo objeto de ensino, mais prático, refletindo sobre o uso da língua (POSSENTI, 2003).

Pelos menos em teoria, as propostas de ensino do poder público têm adotado a segunda proposta, buscando substituir o ensino de uma teoria gramatical por um novo objeto de ensino, a prática da leitura e da produção textual nas modalidades oral e escrita.

Mas não basta tomar o texto como unidade de ensino se não tomá-lo como um meio de interação e se não se considerar as condições sociais de interação. Foi diante dessa necessidade que ganha espaço nos anos 90 a importância dos gêneros textuais como objeto de ensino da língua, sugerido pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs):

Toda educação comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para que o aluno possa desenvolver sua competência discursiva. Um dos aspectos da competência discursiva é o sujeito ser capaz de utilizar a língua de modo variado para produzir diferentes efeitos de sentido e adequar o texto a diferentes situações de interlocução oral e escrita [...]. Os textos organizam-se sempre dentro de certas restrições de natureza temática, composicional e estilística, que os caracterizam como pertencentes a este ou àquele gênero. Desse modo, a noção de gênero, constitutiva do texto, precisa ser tomada como objeto de ensino. (BRASIL, 1998, p. 23)

No trecho extraído dos PCNs e citado acima há um equívoco³ quando diz “competência discursiva”. Na verdade, a competência à qual o texto se refere é a “competência comunicativa”, ou seja, saber adaptar a língua à situação de uso.

3 Há, guardadas as devidas proporções, cinco competências: 1) Competência linguística: conhecer a estrutura do idioma (fonologia, morfologia, sintaxe e semântica) e seu léxico; 2) Competência discursiva: reconhecer estruturas narrativas (transformação de estados), discursivas (tematização e figurativização) e mecanismos que

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são diretrizes que norteiam os currículos e os conteúdos de Língua Portuguesa, distribuídos em dois eixos: (i) usos de linguagem e (ii) reflexão sobre a língua e a linguagem .

É no eixo “usos de linguagem” que os gêneros textuais entram como objeto de ensino-aprendizagem da língua materna para aproximar a prática escolar do uso real da língua em sociedade.

Como se sabe, são várias as críticas que se lançam contra o ensino tradicional da língua, que se restringe na maioria das vezes ao ensino da gramática normativa. Em vez de habilitar o aluno ao uso da língua nas diversas situações de comunicação, desenvolvendo nele a competência comunicativa, a escola obriga-o a decorar uma extensa terminologia vazia e um manual de regras totalmente descontextualizado, sem preocupação alguma com o uso efetivo da linguagem.

É pensando nesse contexto ultrapassado que o emprego dos gêneros ganha importância, afinal, o contato com os textos da vida cotidiana, como publicidades, textos de jornal, HQ, piadas, blog, anotações diversas, enfim, os mais variados formatos, estimula a capacidade de leitura e a construção de textos.

Como este artigo se propõe a trabalhar com um domínio específico, o jornalístico, cumpre especificar a partir de agora cada um dos gêneros que compõem esse domínio: os gêneros jornalísticos

Categorias e gêneros jornalísticos

Quando se fala que o contato com textos da vida cotidiana é um estímulo para as habilidades de leitura e produção textual, parte-se do pressuposto de que quanto maior o contato do aluno com os diferentes tipos de textos, oriundos dos diversos domínios discursivos (esportivo, literário, musical, jornalístico, científico, etc.), maior será sua capacidade de refletir sobre os mecanismos linguísticos e extralinguísticos que estão presentes no processo comunicativo. Enfim, maior será sua competência comunicativa.

A proposta deste artigo, conforme predito na introdução, é mostrar a riqueza de um domínio discursivo muito presente na vida de todos: o jornalismo. Até aqui, discutiu-se a

sustentam um discurso, como argumentação, figuras de pensamentos, etc.; 3) Competência textual: saber o suporte no qual o discurso será veiculado: criação em meios audiovisuais, arte pictórica, linguagem fílmica ou textualização em língua natural (caráter linear dos significantes); 4) competência intertextual: identificar a heterogeneidade discursiva; 5) Competência comunicativa: saber escolher a variedade linguística a ser usada conforme o interlocutor, o espaço e o momento.

questão dos gêneros textuais de uma forma genérica. A partir de agora, é necessário discuti-lo de maneira mais específica.

Os textos jornalísticos são produzidos com base em quatro intenções básicas, chamadas categorias jornalísticas (ERBOLATO, 2002):

- a) informativo: relatar os fatos de uma forma mais objetiva possível;
- b) interpretativo: além de informar, interpretar os fatos. Contextualiza um fato em três direções: antecedentes, o próprio contexto e consequências ou possíveis desdobramentos;
- c) opinativo: expressa um ponto de vista a respeito de um fato ou de um assunto;
- d) diversional: busca tornar o jornalismo mais agradável e atrativo. Informações que visam à distração dos leitores. Privilegia um estilo descolado.

Em relação às quatro categorias básicas, muitos confundem interpretação e opinião. No entanto, interpretação não é opinião. Opinião deve ficar restrita aos editoriais e às páginas de opinião.

Na opinião, eu digo: "O político X é ladrão". Na interpretação, eu digo que o político X é acusado de 420.212 processos, dos quais sete foram julgados, nos quais foram condenados em primeira instância, está recorrendo, etc e tal, mas não preciso chamá-lo de ladrão. (ROSSI, 1980, p. 26)

Concluindo, na opinião é dada uma opinião; na interpretação, em vez de dar uma opinião, apresentam-se todos os elementos que levam à formação de uma opinião para que o leitor, a partir daí, tire a conclusão dele, independentemente se correta ou não.

Com base nessas quatro categorias, as matérias no jornalismo são produzidas em determinados gêneros. Não é uma tarefa fácil proceder a uma classificação dos gêneros jornalísticos. Determinar uma classificação universal é impossível, já que envolve a visão de cada um. Da mesma forma que não há unanimidade quanto ao melhor time de futebol, não há afirmação absoluta quanto aos gêneros, haja vista as diferenças entre diversos autores que propõem fazê-lo (BAHIA, 1990; ERBOLATO, 2002; LIMA, 1995; MELO, 2003). Por isso, estabelece-se abaixo uma nova classificação dos gêneros jornalísticos com base nas análises das mais variadas formas de divulgação de informação na sociedade multimídia.

Além dos gêneros tradicionalmente estabelecidos (notícia, nota, reportagem, entrevista, artigo, editorial, crônica, crítica, charge e carta de leitores), acrescenta-se à lista

mais três gêneros: livro-reportagem (embora pertencente ao mercado editorial, não deixa de relatar fatos muitas vezes explorados pelo jornalismo), documentário (igualmente, um meio que aborda a realidade, ainda que pertença à indústria cinematográfica) e blog (depois da explosão da internet, passou a ser uma ferramenta de divulgação usada pelos jornalistas e pelo cidadão comum).

Notícia:

Embora seja sinônimo de informação, é um formato. Registro sem opinião. Sua estrutura é composta de entrada (lide) e corpo, perfazendo uma pirâmide invertida (texto escrito não pela ordem cronológica, mas pela importância dos fatos). No jornalismo, é o gênero principal: o relato puro dos acontecimentos;

Nota:

Notícia curta. Em geral, de apenas um parágrafo. É mais comum no rádio e na TV;

Reportagem:

É uma extensão da notícia, aprofundando a abordagem de um fato ou assunto;

Entrevista:

Composto de texto introdutório mais pingue-pongue (pergunta-resposta), como nas páginas amarelas da *Revista Veja*;

Artigo:

Texto assinado no qual o autor argumenta a respeito de um assunto; pode ser escrito em primeira pessoa. Não é exclusivo do jornalista. Há especialistas que escrevem para demonstrar que o jornal é um espaço democrático;

Editorial:

Semelhante ao artigo, apenas com a diferença de não ser assinado, porque é um texto que mostra a opinião do jornal, posicionando-se a respeito de um tema. É um posicionamento institucional: a voz do veículo;

Crônica:

Um namoro com a literatura. Tom lúdico, lida com situações corriqueiras, como as crônicas de Luís Fernando Veríssimo, publicadas em vários jornais do país;

Crítica (ou resenha):

Um guia ao leitor: a que assistir, ouvir ou ler? Normalmente, é escrito por alguém que tem capacidade de avaliar uma criação artística: pintura, filme, programa, livro, etc. A competência de quem fala tem grande peso, afinal, analisam-se valores de uma obra;

Charge:

É uma ilustração de cunho político, circunstanciado, ou seja, trata de fatos recentes da conjuntura política;

Carta de leitores:

Textos enviados pelos leitores de um jornal ou revista. É uma forma de interatividade;

Livro-reportagem:

É abordar um fato em livro, permitindo um maior aprofundamento. Misturam-se os fatos reais com a arte da ficção. É o jornalismo apropriando-se das técnicas da literatura. Ex.: *Olga*, de Fernando de Moraes;

Documentário:

Típico do jornalismo televisivo: linguagem áudio-visual. É uma extensão da reportagem que busca explorar todos os lados de um fato ou de um assunto. Representa para a TV o que a reportagem representa para o jornal.

Blog:

Gênero da internet. Surgiu em 1997 como uma espécie de diário virtual. De brincadeira, virou coisa séria. Pode-se dizer que o blog no jornalismo brasileiro ganhou força durante a crise política que envolveu o governo federal com o escândalo do “mensalão”, em 2005. No dia do depoimento do deputado petebista Roberto Jefferson, autor de denúncias de corrupção envolvendo membros do governo Lula, na Comissão de Ética do Congresso Nacional, 14 de junho, o jornalista Ricardo Noblat postou 75 textos em seu *blog*. Com uma média de um texto a cada 17 minutos, Noblat recebeu 72.240 visitantes. A participação do internauta também foi surpreendente, com mais de dois mil comentários inseridos na página. (SILVA, F., 2009, p. 31)

Apresentada uma classificação dos gêneros jornalísticos, fica fácil para o professor fazer uso dela para trabalhar tais gêneros em sala de aula com os alunos para estimulá-los na leitura e na produção textual. Um bom caminho para implementar esses exercícios é simular uma redação de jornal. Para a produção dos textos (ou melhor, das matérias, jornalisticamente falando), o professor poderia distribuir entre os alunos as funções de jornalistas:

a) pauteiro: quem elabora as pautas (sugestões de matérias). Precisa ter vários contatos para marcar entrevistas. Faz uma apuração prévia para que o jornalista possa sair a campo;

b) repórter: com a pauta na mão, é o responsável em apurar os fatos: pesquisar, entrevistar e escrever os textos;

c) revisor: responsável pela revisão dos textos. É uma função quase extinta, afinal, o repórter se encarrega de deixar os textos prontos;

d) editor: cada área (economia, política, esportes, etc.) tem um jornalista responsável pela produção de matérias: é o editor. É ele quem organiza as equipes, define o foco das matérias e fecha os textos;

e) diagramador: função mais técnica, pois é o responsável pelo aspecto visual das páginas. Domina programas que fazem a diagramação do jornal: *PageMaker*, *Photoshop*, etc.

E para dar mais efeito de sentido de realidade, o professor poderia ainda estipular tempo para fechamento das matérias.

Para que essa sugestão tenha êxito ou que seja posta em prática é necessário que a escola faça sua parte. Ela deve apostar na nova metodologia e estimular o trabalho dos professores para que o aluno possa conhecer gêneros que normalmente são rechaçados pela escola na experiência cotidiana do aluno.

É preciso destacar, no entanto, que o trabalho com os gêneros deve estar vinculado a um objetivo. Simplesmente mostrar não é o suficiente. O aluno precisa saber refletir sobre o contexto de uso de cada gênero, pois, como afirma Marcuschi (2002, p. 20), eles “se caracterizam muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais”.

Considerações finais

A proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de incluir no ensino da língua os gêneros textuais é um caminho que vai ao encontro das necessidades do aluno no que diz respeito às habilidades de leitura e de escrita. Com esse novo caráter, considerando-se

o texto como unidade de ensino e os gêneros textuais como objetos de ensino, o professor poderá desenvolver a competência comunicativa do aluno ao ensinar-lhe as várias possibilidades de uso da linguagem, não ficando apenas com o ensino arcaico da gramática, descontextualizado e cheio de terminologias sem sentido para o aprendiz.

Além do professor, a escola tem um papel fundamental. O processo de ensino e de aprendizagem deve se adaptar à realidade social, fazendo da língua um instrumento útil e de grande significado na vida dos futuros cidadãos que a escola forma. Se a escola não se preocupa em seguir as tendências, a educação acaba se tornando algo desinteressante e desgastante para o aluno.

Assim, somente a união de esforços da escola e do professor pode ampliar o universo de conhecimento dos alunos, levando-os não apenas a entender o funcionamento, mas também a produzir novas modalidades discursivas, seja no âmbito oral, seja no âmbito escrito.

Referências

ADAM, Jean-Michel. **Les textes: types et prototypes**. Récit, description, argumentation, explication et dialogue. Paris: Nathan, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6. ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Fratesch Vieira. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo**. 4. ed. Revista e aumentada. São Paulo: Ática, 1990.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. Gêneros do discurso: unidade e diversidade. **Polifonia: Revista de estudos da linguagem**, Cuiabá: Editora UFMT, n.8, p.1-18, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental**. Brasília: MEC, 1998.

DIONÍSIO, Angela Paiva et al (Orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de Codificação em Jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2002.

ILARI, Rodolfo. **A lingüística e o ensino da língua portuguesa**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1973.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

MARCUSCHI, Luis Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In.: DIONÍSIO, Angela Paiva et al. **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio Carlos (orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

MELO, José Marques de. **Gêneros jornalísticos na Folha de São Paulo**. São Paulo: FTD, 1992.

_____. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3. ed. revista e ampliada. Campos do Jordão, SP: Mantiqueira, 2003.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 2003.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 1997.

SILVA, Fernando Moreno da. **O leitor de blog**: um estudo com base nos blogs mais acessados do Brasil. 2009. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (Unesp) - Araraquara-SP.

SILVA, Jane Quintiliano Guimarães. Gênero discursivo e tipo textual. In.: **Scripta**: Linguística e Filologia. Belo Horizonte: PUC-Minas, vol. 2, n. 4, p. 17-32, 1997.

TAPSCOTT, Don. **Geração Digital**: a crescente e irreversível ascensão da geração Net. Trad. Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books, 1999.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Um estudo textual-discursivo do verbo no português**. Campinas, Tese de Doutorado / IEL / UNICAMP, 1991. 330 + 124 pp.

VISIOLI, Angela Cristina Calciolari. **Política de ensino de língua portuguesa e prática docente**. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Maringá-PR.